

## **Moral revolucionária e construção do “homem novo” na esquerda armada revolucionária. Uma comparação entre a ALN-Brasil e o PRT-ERP-Argentina.**

LILIAN BACK<sup>1</sup>

María Matilde Ollier ao estudar o desenvolvimento da identidade revolucionária dos jovens argentinos dos anos 1960 e 1970 afirma que “não existe identidade política por fora da política” (OLLIER, 1998:14). Ou seja, para entender “os processos de formação, transformação e continuidade ou resignificação das identidades políticas” há que ter claras a cultura e a dinâmica política e institucional nas quais essas identidades se formaram

O período em que ambas organizações atuaram foi marcado pela polarização e intensificação dos conflitos sociais, bem como pela intensificação do uso da violência política. Acontecimentos ainda recentes ou contemporâneos, como o rompimento da China com a URSS, as revoluções cubana e vietnamita, as independências na África, a Revolução dos Cravos, o 68 francês (o mexicano, o estadunidense, e muitos outros) ou a Primavera de Praga fizeram com que a revolução povoasse a imaginação política de muitos jovens dessa geração.

Esses acontecimentos – e as teorias revolucionárias criadas durante e a partir deles – mostraram ao mundo, e em especial a esses e essas jovens, que não havia um único caminho para a tomada do céu por assalto. Como diziam Che, a canção de Vandré, e muitas outras vozes: não havia que esperar acontecer. Havia que agir, ousar, lutar.

As denúncias dos crimes cometidas pelo regime stalinista somaram-se ao sentimento de aflição frente ao ritmo e à forma de atuação da esquerda tradicional, em especial, dos Partidos Comunistas. A esquerda nesses dois países (e em outros países mais) cindiu-se. Melhor: estilhaçou-se. Começaram-se a formar organizações que – em oposição aos considerados reformistas e, sobretudo aos que nem reformas defendiam – tomavam para si o encargo de fazer a revolução chegar à porta e convidá-la a entrar. Quando os golpes civil-militares de direita se instalaram, a radicalidade dessas

---

<sup>1</sup> UFSC, mestranda – MEC-REUNI.

organizações só fez crescer (embora pela repressão materialmente diminuíssem cada vez mais).

As discussões sobre a construção do novo mundo obviamente vieram acompanhadas, em maior ou menor medida, de discussões sobre os construtores e os habitantes do “futuro próximo”. Os grupos de esquerda armada tiveram, deste modo, seu processo de constituição marcado pela oposição entre “novo” e “velho”. Obviamente, se rechaçava o segundo, em todas as suas expressões. No entanto, como veremos mais adiante, o novo, por ser fundado a partir do velho, carrega em si, inevitavelmente, características dele. Dificilmente se haverá visto tanto anseio de extirpá-lo de si como no PRT-ERP.

O “novo homem” – termo que as organizações utilizavam na época – era o indivíduo moral da nova esquerda. Falarei sobre a moral dos grupos armados dos dois países partido dele. Isso porque embora a compreensão do “militante ideal postulado” (POLITICAS DE LA MEMORIA, 2004/5: 76) diga pouco sobre o a sua circulação como norma dentro das organizações, ela é essencial para entender que tipo de subjetividade militante as organizações buscavam construir. Paralelamente, serão considerados os militantes “de carne e osso” em sua relação com a norma.

### **Aspectos compartilhados pela nova esquerda**

Se a opção pela violência revolucionária foi um traço comum, a violência contra-revolucionária – estatal e para-militar – sofrida pela esquerda como um todo talvez tenha sido ainda mais partilhada. Dessa forma, não se pode pensar na moral revolucionária, sem levar em consideração a violência e clandestinidade.

Os governos militares (e o democrático de Isabelita Perón no caso argentino), pouco ou nada tolerantes com a oposição política, empreenderam uma verdadeira caçada quando se tratou de combater a esquerda armada. As razões são óbvias: além de manterem uma atuação anti-sistêmica, os grupos citados ameaçavam a ordem de forma muito mais combativa que os demais, além, claro, de desrespeitar o monopólio da violência conferido ao Estado.

A opção pela luta armada ou pela continuidade dela, portanto, era uma eleição que envolvia conscientemente colocar-se em situação de perigo. Os e as militantes corriam risco constante de prisão, tortura e/ou morte. E as organizações, como consequência, o de desmantelamento.

A sobrevivência política e material dependia, assim, de cuidados extremos que envolviam especialmente sua visibilidade e a segurança das informações. Ter comportamento reservado, discreto e astuto poderia ajudar a evitar a “queda”, sendo por isso, valorizado, indicado ou exigido. Da mesma forma e pela mesma razão era considerada imprescindível a lealdade.

A utilização da violência política como instrumento de transformação da sociedade foi interpretada e apresentada pela nova esquerda como uma escolha “historicamente fundamentada”, em resposta à dominação e violência burguesas e à ofensiva militar estatal. Características relacionadas à eficiência no emprego dela também foram valorizadas: valentia, audácia, domínio do manejo de armas e explosivos, entre outros.

As preocupações com a formação moral dos membros das organizações e com a segurança são explícitas nos documentos produzidos pelas organizações dos dois países e podem também ser percebidos em depoimentos de ex-militantes. Acredito que haja uma estreita relação entre essas duas preocupações, já que o avanço da ofensiva estatal coincidiu com o enrijecimento do controle das organizações sobre seus membros. Em um contexto em que qualquer informação poderia levar à localização ou identificação de membros da organização, qualquer militante ou pessoa que se relacionava com ele era um “traidor” em potencial.

Para essa moral que se formava – e pelo contexto de luta em que se inseriam –, era necessário um compromisso incondicional à causa e à organização. O chamado “espírito de sacrifício”, por esse motivo, foi traço comum da nova esquerda como um todo. Os alcances do que deveria ser sacrificado, no entanto, variaram.

As duas organizações estudadas no trabalho se identificavam com a tradição revolucionária marxista-leninista, a mesma adotada pelos partidos comunistas dos quais elas procuravam se alijar. Daniel Aarão Reis Filho (REIS FILHO, 1989), ao discorrer sobre as influências que teriam sofrido as organizações comunistas brasileiras, dentre as quais o próprio PCB, fala em uma apropriação seletiva de valores, informações e cânones com relação ao movimento a nível internacional, mais ligada a uma legitimação das políticas adotadas aqui do que a uma submissão dessas organizações aos modelos e diretrizes internacionais. Da mesma forma, afirma que apesar das convicções que tinham essas organizações alternativas de estarem separadas dos partidos considerados

tradicionais por um abismo político e teórico, essa relação entre as organizações sessenta e setentistas com as formas políticas que as antecederam foi tanto de rupturas quanto de continuidades. Entre essas continuidades, as que mais podem nos ajudar a entender a moral nas organizações de esquerda armada revolucionária são as que dizem respeito aos “universos teóricos comuns”.

Assim, além das necessidades conjunturais das quais deveria dar conta o código de conduta dos e das militantes, havia todo um “leque de virtudes” (idem: 121) ligado à cultura política, digamos assim, do comunismo enquanto corrente internacional. Daniel Aarão Reis Filho, a partir da leitura de textos clássicos do comunismo faz um levantamento das qualidades positivas historicamente defendidas como necessárias às pessoas interessadas em defender o projeto político da revolução socialista. Desde Engels, Gramsci e Lukács a Mao Tse Tung, Che Guevara e Fidel Castro, são elencados ascetismo, solidez teórica e política, auto-sacrifício, iniciativa, disciplina, generosidade, modéstia, engajamento, espírito de camaradagem, disponibilidade, simplicidade, altruísmo, “despojamento heróico cotidiano” (palavras de Fidel), discricção, submissão aos interesses coletivos.

Apresentados os aspectos compartilhados e mais gerais da cultura política da nova esquerda, passaremos as especificidades da moral forjada pelos grupos estudados. A apropriação seletiva e/ou ressignificação de valores e normas das tradições comunistas e de outras tradições e a elaboração de novas referências coletivas de conduta.

### **Especificidades da moral na ALN**

O grupo político-militar era formado, grosso modo, por pequenos ajuntamentos (com, preferencialmente, não mais de três pessoas) e por militantes individuais que dispunham de autonomia tática e operacional considerável e que integravam a organização desde que aceitassem e cumprissem seus princípios. Estudiosos da organização afirmam que ela arranjava o poder de forma horizontalizada. Ações individuais ou coletivas planejadas e executadas individualmente ou nesses pequenos grupos eram estimuladas e valorizadas. Na ALN, literalmente, não era necessário “pedir licença para fazer a revolução”.

A “O” era radicalmente contra as estruturas pesadas, cuja burocratização, considerava-se, freava ou até mesmo impedia a ação revolucionária. A maior parte de seus militantes havia nascido ou vivia em centros urbanos (especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e algumas cidades do Nordeste) e eram, em grande parte, bastante jovens. Muitos deles também possuíam alto nível de escolarização, sendo que a quantidade de universitários ou de pessoas que já haviam concluído esses cursos era imensamente superior à média nacional. Essa composição social não foi exclusividade, como se sabe, da Ação Libertadora Nacional, tendo sido observada em todas as organizações político-militares brasileiras do período.

No entanto, ao contrário da maior parte das outras organizações de esquerda armada (como MR-8, COLINA, VAR-Palmares), a ALN possuía entre seus quadros uma quantidade considerável de militantes que, nas palavras da ex guerrilheira Jessie Jane, não eram da “geração de 68” (GOIS e QUADRAT, 2009). Como é sabido, a ALN surgiu de um racha no PCB e conseguiu agregar já no ato de sua fundação uma série de militantes históricos, dentre os quais os próprios Marighela e Câmara Ferreira. É dizer, a organização tinha uma composição social que combinava, entre outros, militantes históricos do PCB com jovens vindos de setores do movimento estudantil ou da militância cristã. Em praticamente todos os depoimentos de ex-militantes aparece certa tensão entre os componentes da chamada “geração da intentona” e dos da “geração de 68”. Especialmente no que diz respeito às questões ligadas a moral sexual ou ao sexismo.

A ALN diferiu-se também dos outros grupos políticos armados pela forma de organizar-se e de organizar o poder dentro do grupo. Não defendia a necessidade imediata do partido revolucionário, nem o centralismo democrático. Da mesma forma, não rechaçava a integração da pequeno-burguesia em seus quadros nesse primeiro momento da luta pela revolução, que definia como antiimperialista, anti-fundiária e anti-capitalista. Essas características, seguramente, rechearam a moral criada pela organização de especificidades.

Na definição do que deveria ser o bom militante na ALN houve, em comparação as outras agrupações armadas brasileiras, uma supervalorização do que Ricardo Melgar chamou de “virtudes violentas” (MELGAR, 2004). O bom militante deveria ser eficiente no uso da violência revolucionária, não titubear frente às

dificuldades da luta, ter iniciativa, ser oportuno, cauteloso, manejar bem diferentes tipos de armamento, ser econômico com a munição (muitas vezes escassa na guerrilha), ter coragem, ser imaginativo e criativo, etc.

No Mini Manual do Guerrilheiro Urbano, leitura básica e obrigatória da organização, por exemplo, aparecem os seguintes trechos:

O guerrilheiro urbano tem que ter a iniciativa, mobilidade, e flexibilidade, como também versatilidade e um comando para qualquer situação. A iniciativa é uma qualidade especialmente indispensável. Nem sempre é possível se antecipar tudo, e o guerrilheiro não pode deixar se confundir, ou esperar por ordens. (...)  
Seu dever é o de atuar, de encontrar soluções adequadas para cada problema que encontrar, e não se retirar. É melhor cometer erros atuando a não fazer nada por medo de cometer erros. Sem a iniciativa não pode haver guerrilha urbana. (MARIGHELA, 1969)

Da mesma forma, os/as militantes são instruídos a serem discretos, a fim de evitar chamar a atenção dos órgãos repressivos ou de possíveis delatores. No Mini Manual aconselha-se “cuidar para não aparentar ser estranho ou distante da vida normal da cidade”. Como um camaleão, o guerrilheiro urbano não deveria usar roupas diferentes das que as outras pessoas que frequentassem seu espaço de atuação usariam.

Deveria esforçar-se para viver de seu trabalho (a fim de não onerar a organização, provavelmente), porém, em caso de tornar conhecido ou ser reconhecido, cair na clandestinidade. Nessa condição, reforçar ainda mais os cuidados com sua visibilidade, não revelando a ninguém suas atividades, que eram consideradas “unicamente de responsabilidade da organização revolucionária”.

O tiro é apontado pelo manual como a “razão da existência” do guerrilheiro urbano e a condição básica de sua atuação e sobrevivência. A regra era: “atirar primeiro e não errar”. Dentro do grupo de fogo deveria haver confiança plena entre os companheiros, sendo que o que melhor desempenhasse as funções militares seria o encarregado pelas operações. Em outras palavras, dirigiria o GTA.

Os comandos deveriam ser organizados de forma a favorecer a iniciativa. A obrigação do guerrilheiro urbano era a de atuar. Afirmar Marighela: “nenhum grupo de fogo pode permanecer inativo esperando ordens de ‘cima’”. Qualquer integrante poderia estabelecer um grupo e começar a ação. A ação que determinava quem fazia parte da organização ou não. Esse método eliminava a necessidade dos militantes se conhecerem

e saberem quem realizava as ações, além de favorecer o crescimento da organização e da atividade guerrilheira.

A ALN se organizava em torno da ação revolucionária, literalmente, e em todos os sentidos. Paulo de Tarso Venceslau, em entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho afirma que a estruturação da organização aconteceu de forma empírica, “em função das necessidades concretas”<sup>2</sup> da luta armada. Todas as outras questões foram deixadas em segundo plano com relação à guerrilha e propaganda armada, inclusive as discussões sobre o caráter socialista da revolução e do papel/necessidade do partido.

Imperava uma visão militarista e pragmática da militância. A moral na organização não poderia, portanto, deixar de ter essas características. No espaço “público”, digamos assim, da militância, esse caráter é bastante evidente e já ficou claro a essa altura. Não foram encontradas instruções documentais da organização para a vida privada dos/as militantes. A partir dos depoimentos consultados, a impressão que se tem é a mesma. De que se tratava de uma questão igualmente pragmática.

O comportamento dos/as militantes em sua vida pessoal pareceu importar à organização na medida em que pudesse atrapalhá-la ou colocá-la em risco. Takao Amano, ex-militante da ALN, quando questionado sobre o assunto responde:

M- E do ponto de vista pessoal? Há quem diga que havia muita repressão sexual, muita...

T- Ah! Não isso.... isso é muita balela porque não havia nenhum controle. Nem se proibia nem se incentivava (...) cada qual tinha sua vida como... Não existia essa regrinha moral.<sup>3</sup>

E José Carlos Gianninni atribui a submissão de interesses privados à militância ao contexto da clandestinidade mais do que à organização:

Você estava constantemente em uma situação limite, quer dizer, você não podia ter uma vida normal de forma alguma, a sua vida emocional era totalmente alterada, porque você vivia assim tenso as 24 horas por dia, com vontades, com saudades, com tristezas, com lembranças de um monte de coisas que efetivamente não davam pra se concretizar, então do ponto de vista emocional eu acho que era difícil de você transar nessa situação; embora tudo isso fosse um pouco sublimado, pela necessidade, pela absorção

---

<sup>2</sup> Entrevista de Paulo Tarso Veneslau, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. Fundo Militância Política e Luta Armada, Arquivo Edgard Leuenroth.

<sup>3</sup> Entrevista de Takao Amano, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. Fundo Militância Política e Luta Armada, Arquivo Edgard Leuenroth.

do trabalho na organização, pela quantidade de coisas que tinha que fazer, pra você ter idéia teve uma época aí que em 24 horas eu participei de três assaltos, quer dizer em 24 horas, uma loucura (...) Era a necessidade objetiva que tava me empurrando pra isso, uma questão de sobrevivência num certo momento. Então essas outras questões elas ficaram, meio num plano secundário e individualmente eu acho que elas eram sublimadas (...) <sup>4</sup>

No entanto, muitas vezes houve uma distância grande entre o “oficial” e o vivido cotidianamente. Talvez maior nesse caso, pela própria ausência orientações estabelecidas pela organização. Os temas da vida pessoal nem sempre foram apenas uma questão segurança pessoal ou do grupo. Conforme já foi mencionado anteriormente, havia na ALN uma tensão entre as chamadas gerações de 1935 e 1968. A primeira, bastante conservadora, do ponto de vista dos costumes.

O depoimento de Gianninni, por exemplo, é revelador:

Entrev: E esse moralismo que alguns relevam muito era uma coisa que realmente incomodava na época?

J.C.G.: Não, porque a gente também era, não era assim; no meu caso, que eu tivesse uma visão crítica como eu tenho hoje sobre esse aspecto da esquerda não era, eu também era. Então, teve o caso de duas meninas que a gente ficou sabendo que eram homossexuais, e que eram militantes da organização, quando se soube se afastaram as duas militantes da organização, e eu inclusive fui a favor. Então era um treco meio, mas ao mesmo tempo você sentia essa, esses problemas existenciais, não por essa razão, pela questão moral, vamos dizer, era a própria situação que você estava vivendo, que era uma situação difícil, de limite”<sup>5</sup>.

A categorização em uma ou outra “geração” não era determinada pela data de nascimento. Gianninni, por exemplo, pela idade, estaria na geração de sessenta e oito. Entendemos a geração aqui como um fato cultural, delineado, por um lado, pelo acontecimento “e por outro derivado do sentimento de pertencimento” (BASTOS, 2008: 56).

Também é importante lembrar que essa característica geracional dificilmente apareceria de uma forma “pura” em um contexto tão conturbado culturalmente como o dos vinte anos em questão. O depoimento de Reinaldo Guarany foi bastante ilustrativo:

Eu havia participado do seqüestro do alemão quase dois meses antes e o Toledo achava que era hora de deslocarmos para um ponto mais frio. Estávamos conversando quando a minha mulher (note: mulher, não

---

<sup>4</sup> Entrevista de José Carlos Gianninni, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti. Fundo Militância Política e Luta Armada, Arquivo Edgard Leuenroth.

<sup>5</sup> Citada anteriormente.

companheira, já que, entre outras razões para ser chamada mulher, éramos casados no papel) passou no campo de visão de Toledo, que perguntou: ‘quem é ela?’ Respondi que era minha mulher e ele perguntou se ela estava a par das coisas, se era militante. Respondi que não, que era minha mulher. Ele perguntou como ficaria o caso dela com meu deslocamento para o Maranhão. Eu disse: ‘ué, ela vai comigo, afinal é minha mulher’. E foi o Velho que argumentou que ela teria de ser informada e perguntada se queria ou não se meter na coisa, que ela poderia escolher (na minha cabeça a escolha era minha).<sup>6</sup>

Toledo era Joaquim Câmara Ferreira, co-fundador da ALN. E a “mulher de” Reinaldo Guarany logo depois se incorporou aos quadros da organização.

Outra coisa importante é perceber a organização como algo em movimento. À medida que o tempo vai passando, a repressão fechando o cerco e grande parte dos militantes se clandestinizando, caindo, saindo da organização ou se exilando, o controle dos militantes sobre si mesmos e sobre os outros vai se intensificando. Ao referir-se ao período final da luta armada, que Ridenti caracteriza como de “dinâmica da sobrevivência” (ver RIDENTI, 2010), Paulo de Tarso Venceslau afirma que o espírito de corpo do grupo acabou inibindo a crítica individual, que passou a ser caracterizada como “desbunde”. A própria autocrítica nesse período, se transforma: “não era uma autocrítica política não, era uma autocrítica do próprio comportamento. Não era da linha política da Organização, era do comportamento em si”<sup>7</sup>.

Foi nesse período, de intensa luta pela sobrevivência, medo e clima de desconfiança que a ALN passou pelos momentos mais problemáticos de sua curta existência, entre eles, o justicamento de Márcio Leite Toledo, o Professor Pardal.

### **Especificidades da moral “perra”.**

Pozzi afirma que toda organização política, sobretudo se é clandestina e perseguida, desenvolve uma série de elementos geradores de coesão e de pertencimento. Por diferenças radicais na forma de organizar-se, pode-se concluir de antemão que pelo menos uma parte desses elementos do PRT-ERP seja diferente dos da ALN. Perceber que orientações morais eram dadas aos e as militantes do PRT-ERP foi tarefa muito mais fácil, porque a formação e controle moral dos integrantes do partido era uma questão fundamental nesta organização.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Mario Augusto Medeiros da Silva, disponível no fundo Militância Política e Luta Armada do arquivo citado.

<sup>7</sup> Entrevista citada de Paulo Tarso de Venceslau.

O PRT-ERP foi um partido que se tornou marxista-leninista, embora tenha nascido da união de duas organizações de matrizes políticas distintas. Teve ampla inserção na região noroeste do país, especialmente entre a classe operária, os camponeses e os estudantes. Do marxismo-leninismo e da cultura tradicional daquela região do país vieram muitas das características da moral revolucionária do partido. Sua forma de organizar-se – altamente verticalizada e burocratizada – acentuou ainda mais a rigidez na aplicação dessas normas.

Nos documentos em que o tema moral no PRT-ERP é tocado é unânime a opinião de que os militantes do partido se diferiam radicalmente da população em geral pela sua forma de pensar e comportar-se <sup>8</sup>. Essa diferenciação diante dos outros, segundo Pablo Pozzi, muitas vezes foi concebida pelos próprios militantes como uma espécie de mística. Eram valorizadas características relacionadas à vida e cultura operária e provinciana, o que acabou favorecendo também a captação de militantes desses setores. O historiador acredita que a combinação das influências citadas gerou uma “atitude ética, moral e cultural que o partido chamaria de: “la entrega de cuerpo y alma a la revolución y saber escuchar a las masas” (POZZI, 2004: 126).

Ligada a essa política de valorização do proletário, também estava a proletarização, que segundo Pozzi, era parte integral da linha política do PRT. Essa era compreendida de duas maneiras: aumentar a proporção de trabalhadores entre os quadros políticos do partido; e no caso dos quadros de origem não-proletária, compartilhar as práticas sociais da classe trabalhadora, seu modo de vida e trabalho.

Como na ALN, havia uma tendência anti intelectualista, uma reação à tradição da esquerda, que, segundo a nova esquerda, era mais caracterizada pelo dizer do que pelo fazer. Mattini recorda:

Sí, era El Hacer (así, con mayúscula), pero no cualquier hacer. Era el ¿Qué Hacer? racionalista de Lenin, pero también el hacer de Goethe y el de Sartre corporizado en el Che. El hacer que contactaba con nuestro deseo. La propuesta de los comandos como embriones de guerrilla urbana, sobretodo, porque eran posibles e inmediatos (...)  
Era el ‘hacer aquí y ahora’, la realización del deseo condenado por la teoría de la espera, abortadora de iniciativas. (MATTINI, 2007: 57)

---

<sup>8</sup> Alguns depoentes afirmam inclusive que esse foi um dos fatores que acelerou a “queda” dos militantes “perros”, já que por isso eles chamavam a atenção dos vizinhos ou da polícia, que os poderia reconhecer com facilidade (“só de olhar”).

Outro ponto comum entre as duas organizações é que aqui igualmente se considerava que o guerrilheiro, ou o novo homem, seria (auto)construído através da prática revolucionária: nasceria no e pelo mundo por que lutava. Mas o PRT ia além da ALN nesse ponto. Considerava que o poder não se disputava somente através da luta armada, mas a partir da construção da “hegemonia proletária” (termos e inspiração gramsciana). Em *Moral y Proletarización*<sup>9</sup>, documento síntese da moral “perra”, explica-se aos/as militantes:

no podemos ni pensar en vencer en esta guerra, si no nos decidimos a comenzar ya, en la práctica misma de la guerra, la construcción del hombre nuevo, del hombre capaz de luchar y vencer en esa guerra (ORTOLANI, 2004/5: 93).

Para a nova esquerda em geral, as condições objetivas para a revolução eram consideradas atingidas. A ação revolucionária, como tanto afirmou Che Guevara, criaria as subjetivas. Se a conquista da revolução dependia da ação das pessoas e da construção da hegemonia proletária, dessa forma, seria tarefa fundamental e urgente dotar os revolucionários dos valores, qualidades e atributos necessários para levar adiante essa tarefa.

O espírito de sacrifício era a característica fundamental do novo homem perretista. Em parte por ser inevitável sacrifício no contexto em que militavam, mas também porque era condição básica para o desenvolvimento das outras virtudes. Ana Longoni (apud CARNOVALE, 2005: 6) assinala que essa centralidade da moral na luta revolucionária acarretou, muitas vezes, em renúncia da vida privada, e em algumas, em uma renúncia/sacrifício da própria vida. Pozzi, por sua vez, complexifica essa constatação, explicando que a exacerbação de critérios cristãos somada à crítica da esquerda tradicional levou o PRT a uma rigidez moral vivida de forma contraditória pelos militantes da organização: na análise de seu depoimentos são encontrados simultaneamente sentimentos de opressão diante do moralismo e de orgulho de um comportamento que identificavam como melhor do que o da sociedade em geral (e do que das outras organizações). Para os depoentes, essa opressão era aceitável, já que se tratava da construção do “homem novo”.

---

<sup>9</sup> O documento foi escrito por Luiz Ortolani, apodado Julio Parra, e publicado no número 0 da revista *La Gaviota Blindada* em 1972. É o principal documento de “orientação para a prática” da organização argentina e onde foi sintetizada a moral do partido.

Dentro do partido, uma boa adaptação à organização e boa atuação militar rendiam homenagens e medalhas. Os “desvios”, por outro lado, segundo descrição de Luis Mattini, eram tratados por Santucho (líder perretista desde a fundação do partido até julho de 1976) com dureza na crítica, um pouco menos nas sanções e magnanimidade na oportunidade de corrigir os erros em uma nova tentativa. As sanções eram divulgadas no boletim interno do PRT e geralmente eram de retratação, realização de trabalhos físicos ou perda temporária da arma (MATTINI, 2006: 153).

A ex-militante Silvia, em entrevista a Vera Carnovale, confirma essa vontade de perfeição moral que tinham a organização e seus militantes:

- *Refiriéndote al primer interrogatorio vos decías que de la literatura partidaria sólo podías reconocer las figuras del héroe y la del quebrado. Entre el héroe y el quebrado ¿qué había?*
- Sanciones.
- *En tu entrevista pasada vos oponías el héroe al cobarde. Entre uno y otro ¿qué hay?*
- No, no había espacio. Había que ser *el militante*. Había que ser *el revolucionario*, el que da todo (...) el que había que imitar era el Che Guevara (apud CARNOVALE, 2005: 15)

O comportamento na vida privada também era considerado uma questão política, um dos principais eixos da luta pelo socialismo. À moral burguesa deveria ser sobreposta a moral revolucionária. O cerne daquela, o individualismo, deveria ser desintegrado com prioridade.

Em *Moral y Proletarización*, não por acaso, temas como família, criação dos filhos e situação das mulheres ocupam um espaço privilegiado da discussão. Resumidamente: a família é definida como “célula político-militar” e o casal como “atividade político-revolucionária”.

Apesar de monogâmica e heterossexual, a família revolucionária não seria igual à burguesa:

La pareja revolucionaria no debe constituir una unidad cerrada que empieza y termina en la misma, sino como decimos más arriba, integrarse en sus relaciones al conjunto de la organización, con la clase obrera y el pueblo y el conjunto del proceso revolucionario (...). El grupo familiar constituye la célula básica no sólo de la actividad militar de la organización sino de un estilo de vida que constituye una adecuada transición hacia el futuro estilo de vida socialista. (ORTOLANI, op. cit: 29-30)

Dentro da organização as questões familiares ou conjugais e políticas se “misturavam”, ou melhor, eram partes de um todo. As questões *de pareja* eram

discutidas em reuniões do partido, e foram temas de artigos de periódicos do grupo. O adultério e os ciúmes (considerado este um desvio pequeno burguês relacionado ao sentimento de propriedade) eram sancionados, como se pôde observar no seguinte depoimento:

En la casa operativa - claro ahí se veía, en la convivencia se veían los defectos. Rápidamente era una cosa de autocrítica y crítica que salíamos derechos. Por ejemplo, mi compañera, no me dijo nada, después en una reunión dijo 'yo voy a plantear una cosa acá, mi compañero tiene celos'.

*Pregunta:* ¿Y la célula qué te dijo de eso?

*Respuesta:* Me bajaron la caña a muerte. Me mandaron a cavar pozos o a hacer guardias.

*P:* ¿Y a vos qué te pareció eso?

*R:* Me pareció bien porque era una desviación que teníamos nosotros. (apud POZZI, 2004: 139)

O adultério era fortemente condenado e sancionado pela organização. A separação, não. O que se defendia, segundo os/as militantes, eram “relações claras”, em oposição a “dupla moral burguesa”, em que o casamento era só na aparência relação monogâmica. O adultério, como os ciúmes, era denunciado e resolvido pela organização.

A Revolução Sexual, tão bem vinda em grande parte dos movimentos mais progressistas, foi considerada pelo PRT-ERP como uma falsa revolução, uma nova forma de escravizar as mulheres ou de coisificar as relações sociais. A pornografia, por esse último motivo, também foi rechaçada, e a moral sexual dos perretistas foi muitas vezes caracterizada pelos outros (e por alguns deles) como “ascética”:

Que yo, por ejemplo, acá en la Penitenciaría me acuerdo que en la celda de los Montos vos tenías las paredes tapizadas de fotos de minas en bolás, en bikinis, qué se yo. Y vos entrabas en las celdas del PRT y estaba Ho Chi Minh, Mao [risas]. Y los Montos nos decían a nosotros los 'Monjes Rojos'. (apud POZZI, op. cit.)

Ser bons pais e mães era indicado como tarefa revolucionária que deveria ser conciliada com todas outras. Ou seja, a proteção especial que deveria se dedicar aos filhos não poderia se contrapor as outras tarefas. Esse ponto foi percebido por Carnovale, em suas pesquisas, como um dos vivenciados de forma mais problemática e em que houve mais enfrentamento entre os modelos de conduta e emoção impostos e a experiência material dos/as militantes. Para a autora, apesar os esforços partidários para

construir os militantes a partir do modelo ideal apresentado, os valores que o compunham foram apropriados e internalizados em diferentes níveis (idem).

Outra problemática interessante levantada por Pozzi esteve relacionada a não necessária coincidência entre os valores apresentados pelo PRT-ERP como verdadeiramente proletários e as práticas culturais dos trabalhadores argentinos. Um testemunhante consultado pelo historiador recorda o que chamou de “insurreição” dos militantes trabalhadores em uma escola de quadros em que os responsáveis não queriam que se bebesse vinho: “Fue todo culpa del responsable de la escuela. Era un ex seminarista que creía que el alcohol le hacía mal a la clase obrera. Bueno, nosotros éramos la clase obrera y no estábamos de acuerdo.” (POZZI, op. cit.: 141)

As transformações e tensões na moral revolucionária perretista e em seu cumprimento estão relacionadas mais a momentos de incorporação massiva de novos militantes do que à clandestinidade, como foi o caso da ALN. Em 1973, por exemplo, pôde-se perceber um crescimento do número de militantes muito grande e rápido, por decorrência das eleições de 1973. Nesse ano o PRT-ERP triplicou! A absorção de quadros vindos de outros setores sociais e regiões do país distintos implicava, em um primeiro momento, em problemas de coesão, formação e estrutura.

A tensão principal quase sempre estava entre as células de Buenos Aires e as das províncias. Entretanto, o estilo partidário, que era de impor os critérios culturais da organização a seus membros, rapidamente enquadrou e harmonizou os novos incorporados. Pozzi afirma que esses mecanismos de coesão do ERP foram tão eficientes que permitiram que a organização crescesse em um contexto repressivo bastante complicado, praticamente sem cisões<sup>10</sup> e infiltrações.

A moral revolucionária perretista foi um dos componentes central da militância política do partido, tendo marcado a vivência de todos os membros da organização. Algo que tentava aproximar o partido da sociedade, mas que ao mesmo tempo o diferenciou profundamente dela. Teve, como se pôde perceber, fortes contatos com o cristianismo e com a cultura popular no noroeste argentino.

Foi um elemento imprescindível e eficiente para a construção de uma organização sólida e coesa e de uma identidade militante – apesar do contexto

---

<sup>10</sup> Para facilitar a comparação e porque as cisões não tiveram a ver com questões relacionadas à moral, não me ative as cisões que o PRT-ERP sofreu.

profundamente desfavorável – porém foi também causadora de uma série de problemas vividos pelos/as militantes. Pozzi afirma que o partido armado “se debatió permanentemente en la contradicción entre la liberación y la opresión de sus militantes” (POZZI, op. cit.:150). Em outras palavras: a cultura da organização teve aspectos opressivos, mas foi vivida como algo libertador por muitos dos seus ex-integrantes. Especialmente, talvez, por ter sido forjada com esse fim, o da emancipação humana.

## Conclusão

Olhando comparadamente para a moral forjada pela ALN e pelo PRT-ERP pode-se dizer que em ambas houve um rechaço ao intelectualismo e ao imobilismo, bem como valorização da ação e compreensão desta como formadora do “novo homem” ou da subjetividade militante. Houve, da mesma forma, em ambas as organizações, um elogio das virtudes violentas, embora isso tenha se dado muito mais fortemente na ALN.

A moral “perra” foi mais elaborada do que a da ALN, e foi compreendida como uma das frentes da luta pela libertação humana. Para o partido, a revolução começava dentro de cada um, com o tornar-se um “homem novo”. Em vários pontos, especialmente no que toca a vida privada, ela se aproximou bastante da moral cristã e conservadora. Já a ALN definia a vida privada como algo particular, que não poderia afetar a militância política no sentido mais tradicional do termo. Na medida em alguma vivência dessa natureza pudesse prejudicar a organização, esta poderia interferir, para garantir a segurança de todos e do projeto revolucionário. Resumidamente, pode-se dizer que a PRT-ERP forjou para si uma moral *de* combate, enquanto a ALN construiu uma moral *para o* combate.

Em ambos os casos, entretanto, a maior parte das intervenções da organização ou de seus membros na vida dos/as militantes devem ser entendidas não como “intromissões” resultantes de excessos por parte da direção ou de companheiros autoritários, mas como mediações que faziam parte da cultura política da nova esquerda. Como afirma a personagem Helena em *A Brincadeira*, romance de Milan Kundera: para os que defendem ferrenhamente que o pessoal é político, nada mais coerente do que “desvio pequeno-burguês” na relação de casal ser discutido em reunião do partido.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> No romance, Helena e Pavel se casam sob pressão do partido comunista Checo. Pavel se ressentia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). **Gênero**. Niterói, v. 8, n. 2, 1. semestre de 2008.
- CARNOVALE, Vera. “Jugarse al Cristo”: mandatos y construcción identitária en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP). **Entrepasados**. Ano XIV- Número 28 - Fines de 2005.
- GÓIS, João Bosco Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. **Gênero**. Niterói, v. 8, n. 2, 1. semestre de 2008.
- GUGLIELMUCCI, Ana. Dar la vida y la muerte por la revolución. Moral y política en la praxis militante. **Lucha Armada en la Argentina**, Buenos Aires, ano 2, núm. 5, 2006
- KUNDERA, Milan. **A brincadeira**. São Paulo: Círculo do Livro, 1967.
- MARIGHELA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano**. 1969. Fundo Geraldo Mathias, pasta ALN. Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas-SP
- MATTINI, Luis. **Los perros**: memorias de un combatiente revolucionario. Buenos Aires: Continente, 2006.
- MELGAR, Ricardo. La memoria submergida: martirologio y sacralización de la violencia en las guerrillas latinoamericanas. In: POZZI, Pablo; SCHNEIDER, Alejandro (comp). **América Latina en el siglo XX**: entre el orden y la revolución. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004
- OLLIER, María Matilde. **La creencia y la pasión**: privado, público y político en la izquierda revolucionaria. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- ORTOLANI, Luis. Moral y proletarización (documento). **Políticas de la Memoria** – Anuario de Investigación e Información del CeDInCI. Buenos Aires, num 5, verão 2004-2005.
- POLÍTICAS DE LA MEMORIA. Dossier. Militancia y vida cotidiana en los ‘60/’70. **Políticas de la Memoria**. N. 5, verano 2004/5.
- POZZI, Pablo. **Por las sendas argentinas**: el PRT-ERP y la guerrilla marxista. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

---

muito, pois casou-se contra a vontade, enquanto Helena defende que essa “interferência” do partido na relação dos dois é coerente com o que eles próprios defendiam. Ver: KUNDERA, Milan. **A brincadeira**. São Paulo: Círculo do Livro, 1967.